

Taxa SELIC é a menor dos últimos dois anos

A evolução positiva do IPCA e de suas expectativas para 2017, aliada à recuperação letárgica da economia, foram decisivas para mais um corte dos juros.

Desemprego segue em alta no Rio Grande do Sul

Os números do mercado de trabalho ainda não demonstram sinais de recuperação e os patamares anteriores à crise estão longe de serem alcançados.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Taxa SELIC é a menor dos últimos dois anos

A evolução positiva do IPCA e de suas expectativas para 2017, aliada à recuperação letárgica da economia, foram decisivas para mais um corte dos juros.

O Comitê de Política Monetária (COPOM) reduziu a taxa básica de juros da economia em 0,75 ponto percentual na quarta-feira passada. Como resultado, a SELIC caiu de 13,00% para 12,25% ao ano, atingindo o nível mais baixo em dois anos. O ciclo de afrouxamento das condições monetárias começou ainda no passado, mais precisamente em outubro. Desde então, os cortes já somam 2 p.p..

O balanço de riscos para a inflação mostrou evolução favorável desde a última reunião Comitê, realizada nos dias 10 e 11 de janeiro. No primeiro mês de 2017, o IPCA registrou o menor valor para o período desde o início do Plano Real (0,38% contra média de 0,87% entre 1995 e 2016). As principais causas da descompressão do índice em relação aos meses de janeiro de 2015 e 2016 podem ser atribuídas aos alimentos, aos transportes e à habitação. Como resultado, a inflação acumulada nos últimos 12 meses alcançou 5,35%: a menor variação já registrada nessa base de comparação desde setembro de 2012.

Ainda pelo lado monetário, a ancoragem das expectativas foi destaque: os participantes do Relatório FOCUS esperam que a inflação acumulada encerre 2017 em 4,36%, ou seja, abaixo do centro da meta de 4,5%. Em nenhum momento desde o início da série histórica, iniciada em janeiro de 2013, as previsões de mercado para o IPCA desse ano foram tão pequenas. Em 11 de janeiro, a mediana das estimativas acusava 4,80%.

O lado real da economia continuou bastante deteriorado. Nos últimos três meses encerrados em janeiro, a taxa de desemprego alcançou 12,6%, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do IBGE: 0,8 p.p. acima do valor do trimestre imediatamente anterior (agosto a outubro de 2016) e 3,1 p.p. maior em comparação com o trimestre encerrado em janeiro de 2016. É importante lembrar que o mercado de trabalho tende a seguir produzindo pressões desinflacionárias, uma vez que o seu ciclo apresenta defasagem em relação ao PIB.

O varejo ampliado (-8,7%), os serviços (-5,5%) e a produção industrial (-6,6%) fecharam 2016 com quedas muito significativas em relação a 2015. Por sua vez, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), usado para aproximar o comportamento do PIB, apresentou queda de 4,34% em 2016, resultado pior do que o observado em 2015 (-4,28%) e o mais negativo da série histórica iniciada em 2003.

Os níveis de ociosidade no setor secundário permaneceram muito elevados, enquanto os estoques seguiram ajustados em comparação com o planejado. No entanto, os dados mais recentes relativos à produção

reforçam a ideia de que a atividade econômica está em processo de estabilização, favorecida pelo efeito estatístico oriundo da pequena base de comparação e pela recuperação dos preços das *commodities* no mercado internacional.

A taxa de câmbio apresentou valorização de 3,8% ao longo dos últimos 45 dias, o que também contribuiu para o controle da inflação. A postura do Banco Central de rolar integralmente os *swaps* cambiais tradicionais que venceriam em fevereiro mostra que a autoridade monetária está confortável com esse patamar, ainda que isso traga prejuízo do ponto de vista da recuperação econômica, sobretudo para as empresas predominantemente exportadoras. Salvo algum choque abrupto, a taxa de câmbio deverá manter-se no atual patamar.

No cenário internacional, as bolsas de valores dos Estados Unidos seguiram renovando máximas históricas, enquanto os juros dos títulos da dívida americanos mantiveram-se estáveis. Na Zona do Euro, os mercados permanecem em compasso de espera, diante das eleições vindouras na França, na Alemanha e na Holanda, enquanto a atividade econômica segue estável na China.

O Relatório FOCUS aponta que a SELIC deverá encerrar 2017 em 9,50% a.a.. Por um lado, a manutenção do quadro letárgico de recuperação do nível de atividade, aliado à continuidade de surpresas positivas no que tange à inflação, podem prolongar ainda mais o atual ciclo.

Por outro lado, o *Federal Reserve* indicou em sua última ata que os juros podem subir “bastante em breve”, citando o fortalecimento do mercado de trabalho e a convergência da inflação para a meta de 2% a.a.. Se o ritmo de aumento das *fed funds* for maior do que o antecipado, a margem de manobra da autoridade monetária brasileira é menor, dada a redução do diferencial de juros e a consequente tendência de migração dos fluxos de capitais para os Estados Unidos.

O comunicado do COPOM indica que a agenda de reformas é fundamental para que os juros caiam de maneira sustentada no Brasil. Especificamente, citou as de cunho fiscal, que acabam causando grandes pressões de demanda sobre a inflação. É necessário, portanto, reformar a Previdência, cujo déficit total, incluindo os Regimes Geral (INSS), Próprio (servidores públicos) e estados somou R\$ 316,5 bilhões em 2016, valor 44,4% pior em relação ao de 2015. Sem essa e outras mudanças para destravar o lado da produção, continuaremos experimentando uma das maiores aberrações do ponto de vista econômico: a taxa real de juros mais elevada do mundo, que inibe o consumo e os investimentos necessários para aumentar a renda.

Desemprego segue em alta no Rio Grande do Sul

Os números do mercado de trabalho ainda não demonstram sinais de recuperação e os patamares anteriores à crise estão longe de serem alcançados.

O Rio Grande do Sul ganhou 107 mil novos desempregados ao longo de 2016, passando de um contingente de 395 mil pessoas em busca de trabalho no último trimestre de 2015 para 502 mil no mesmo período do ano passado, ou seja, um aumento de 27,1% em apenas um ano. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), divulgados na última quinta-feira (23/02) pelo IBGE.

O número de desempregados registrado nos três últimos meses de 2016 foi o segundo maior da pesquisa iniciada em 2012, ficando atrás apenas do segundo trimestre do ano passado que alcançou os 530 mil. Na média do ano, o número de desocupados foi de 497 mil em 2016, apresentando aumento de 33,2% na comparação com a média de 2015 (373 mil) e de 68,7% frente a 2014 (295 mil) – época em que o mercado de trabalho ainda estava aquecido.

O expressivo aumento no número de desempregados, combinado com uma queda de 0,8% na população ocupada – que passou de 5,63 milhões para 5,58 milhões de 2015 para 2016 –, fez a taxa de desemprego alcançar os 8,2% na média dos quatro trimestres do ano passado. Em 2015, a taxa média foi de 6,2% e no último trimestre de 2016 chegou aos 8,3% da força de trabalho.

A extensão da crise pode ser observada pelo aumento do tempo de procura de trabalho. Em 2015, a parcela de desempregados que estavam procurando emprego a mais de um ano era de 25%, número que cresceu para 30% no ano passado, sendo que cerca de 13% declararam estar sem ocupação a mais de dois anos. Em números absolutos, esses percentuais representam cerca de 150 mil trabalhadores sem emprego a mais de um ano e 65 mil a mais de dois anos no Estado.

Com tamanho tempo sem emprego, até mesmo os indivíduos que possuíam alguma reserva de segurança – seja uma poupança por planejamento próprio, o montante adquirido nas rescisões trabalhistas ou até mesmo o seguro desemprego –, começam a enfrentar dificuldades e tendem a alterar seus padrões de consumo.

Outro dado que preocupa na atual crise é o aumento do desemprego entre os jovens. Enquanto a taxa de desocupação geral, considerando todas as faixas etárias, aumentou 2,0 pontos percentuais (p.p.) de 2015 para 2016, entre adolescentes de 14 a 17 anos o aumento foi de 8,5 p.p., passando de 26,3% para 34,8%. Já na faixa etária entre 18 e 24 anos, época que coincide com o curso superior para grande parte dos jovens, o aumento foi 4,2 p.p. (de 14,8% para 19,0%).

Uma das explicações para esse movimento, além do aumento dos desligamentos em função do recuo da

atividade econômica, é a busca de emprego por parte de jovens que antes estavam fora do mercado de trabalho. Algumas dessas pessoas, que se dedicavam exclusivamente a adquirir melhor qualificação e adiavam a entrada no mercado de trabalho, se viram obrigadas a procurar emprego para complementar a renda familiar.

Quanto à escolaridade, a piora das condições de emprego não se restringiu apenas aos trabalhadores menos qualificados: entre 2015 e 2016, a taxa de desemprego aumentou para os indivíduos de todos os níveis de escolaridade, desde os declarados sem instrução até os com ensino superior completo.

Assim como em 2015, o nível de instrução com maior taxa de desemprego continua sendo o de pessoas com ensino médio incompleto (15,5%), enquanto que a menor foi evidenciada nos com superior completo (4,1%). Além disso, ambas categorias registraram a maior e menor variação frente a média de 2015: +3,6 p.p e +1,0 p.p, respectivamente.

Não há dúvidas de que a atual crise é uma das mais intensas da história recente do Rio Grande do Sul. Dada a sua extensão e profundidade, atingindo todos os setores e esferas da sociedade, a recessão segue com duros reflexos no mercado de trabalho. Como este é o último pilar da economia a responder à mudanças na economia, tanto nas quedas quanto nas retomadas, somente quando a atividade demonstrar sinais consistentes de melhora é que um novo ciclo de emprego se iniciará. Para a volta aos patamares anteriores à crise há um longo caminho a se percorrer.

Taxa de desemprego – RS

(Em % da força de trabalho – média anual)

	2012	2013	2014	2015	2016
Total	4,8	4,8	5,0	6,2	8,2
Por faixa etária					
14 a 17 anos	17,9	20,0	20,5	26,3	34,8
18 a 24 anos	10,2	10,3	12,0	14,8	19,0
25 a 39 anos	4,5	4,6	4,5	5,7	7,3
40 a 59 anos	2,4	2,3	2,2	2,8	4,3
60 anos ou mais	1,7	1,5	1,4	1,8	2,2
Por nível de instrução					
Sem instrução	5,0	4,6	5,9	6,1	7,6
Fundamental incompleto	4,0	3,9	4,1	5,4	7,1
Fundamental completo	6,3	6,2	6,0	7,9	10,6
Médio incompleto	9,2	9,2	9,4	11,9	15,5
Médio completo	5,0	5,1	5,3	6,6	8,6
Superior incompleto	4,2	5,3	5,4	6,5	8,9
Superior completo	2,9	2,6	2,7	3,1	4,1

Fonte: IBGE/PNAD Contínua.